
A PRODUÇÃO CONJUNTA DOS PACTOS DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE

THE JOINT PRODUCTION OF WORK PACTS IN EDUCATION: ANALYSIS OF A TRAINING EXPERIENCE AND ITS EFFECTS ON THE SCHOOLING OF STUDENTS IN SITUATIONS OF HIGH VULNERABILITY

LA PRODUCCIÓN CONJUNTA DE LOS PACTOS DE TRABAJO EN EDUCACIÓN: ANÁLISIS DE UNA EXPERIENCIA DE FORMACIÓN Y SUS EFECTOS SOBRE LA ESCOLARIZACIÓN DE ESTUDIANTES EN SITUACIÓN DE ALTA VULNERABILIDAD

Carla Biancha Angelucci¹, Adriana Watanabe², Renata Montrezol Brandstatter³

RESUMO

Introdução: O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (Naapa) é um serviço criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Este trabalho objetiva analisar as contribuições do processo formativo das equipes para a produção de práticas democráticas no âmbito da Educação, observando dois níveis de incidência que se inter-relacionam: gestão participativa; apoio ao processo de escolarização. Para cumprir tal objetivo, a discussão foi organizada em três momentos: a) apresentação de marcos regulatórios e escopo de debates sobre a relação Saúde-Educação; b) sistematização das concepções que orientaram tanto o processo formativo em serviço quanto as modalidades de atendimento ofertadas; c) análise dos resultados do processo formativo, tendo em vista duas dimensões (gestão participativa do trabalho educacional, apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social). Método: Dois são os eixos de análise propostos neste trabalho: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social. Resultados: Após análise, pode-se afirmar que as informações quanti-qualitativas apresentadas indicam a grande abrangência das diferentes modalidades de atendimento, com interações tanto junto às unidades educacionais, quanto aos equipamentos referentes a outras políticas setoriais e que permitem a articulação da rede de proteção social. Conclusões: É possível afirmar que o Naapa se consolidou como política pública estratégica, atendendo aos objetivos de articular e fortalecer a rede de proteção social; apoiar e acompanhar equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem de educandos/as que experimentam barreiras ao direito à Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Política Pública educacional. Medicalização. Direitos Humanos. Escola Justa.

¹ Doutorado em Psicologia Social - Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo, SP - Brasil. Docente da pós graduação - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) - São Paulo, SP - Brasil. E-mail: b.angelucci@usp.br

² Doutorado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) - São Paulo, SP - Brasil. Coordenadora Pedagógica - Rede Municipal de Ensino de São Paulo - São Paulo, SP - Brasil. E-mail: adrianaw997@gmail.com

³ Graduação em Pedagogia - Doutorado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) - São Paulo, SP - Brasil. Mestrado em andamento - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) - São Paulo, São Paulo - Brasil. Diretora de Escola do Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, SP- Brasil. E-mail: rebrandstatter@gmail.com

Submetido em: 10/10/2017 - **Aceito em:** 25/11/2017

ABSTRACT

Introduction: The Learning Support and Follow up Center (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - Naapa) is a service created by the County of São Paulo - Brazil. This paper aims to analyze the contributions of the team's training process to the production of democratic practices in the field of Education, observing two levels of incidence that are interrelated: participatory management; support to the schooling process. To meet this objective, the discussion was organized in three moments: a) presentation of regulatory frameworks and an overview on Health-Education relationship debates; b) systematization of the concepts that guided both the training process in service and the forms of care offered; c) analysis of the results of the training process, taking into account two dimensions (participative management of educational work, support to the process of schooling of people living in conditions of high social vulnerability). **Method:** two axes of analysis are proposed in this work: participatory management of educational work; the support to the process of schooling of people living in conditions of high social vulnerability. **Results:** After analysis, it can be affirmed that the quantitative-qualitative information presented indicates the wide range of different types of service, with interactions both with the educational units and with the equipment related to other sectoral policies and that allow the articulation of the protection network. **Conclusions:** It is possible to affirm that Naapa was consolidated as strategic public policy, meeting the objectives of articulating and strengthening the social protection network; supporting and accompanying teaching and managing teams in the teaching-learning process of learners who experience barriers to the right to education.

KEYWORDS: Education. Educational Public Policy. Medicalization. Human Rights. Fair School.

RESUMEN

Introducción: El Núcleo de Apoyo y Acompañamiento para el Aprendizaje (Naapa) es un servicio creado por la Municipalidad de São Paulo - Brasil. Este trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones del proceso formativo de los equipos para la producción de prácticas democráticas en el ámbito de la Educación, observando dos niveles de incidencia que se interrelacionan: gestión participativa; apoyo al proceso de escolarización. Para cumplir tal objetivo, la discusión fue organizada en tres momentos: a) presentación de marcos regulatorios y panorama de debates sobre la relación Salud-Educación; b) sistematización de las concepciones que orientaron tanto el proceso formativo en servicio como las modalidades de atención ofrecidas; c) análisis de los resultados del proceso formativo, teniendo en cuenta dos dimensiones (gestión participativa del trabajo educativo, apoyo al proceso de escolarización de personas que viven en condiciones de alta vulnerabilidad social). **Método:** Dos son los ejes de análisis propuestos en este trabajo: la gestión participativa del trabajo educativo; el apoyo al proceso de escolarización de personas que viven en condiciones de alta vulnerabilidad social. **Resultados:** Después del análisis, se puede afirmar que las informaciones cuantitativas cualitativas presentadas indican el gran alcance de las diferentes modalidades de atención, con interacciones tanto junto a las unidades educativas, cuanto a los equipos referentes a otras políticas sectoriales y que permiten la articulación de la red de protección social. **Conclusiones:** Es posible afirmar que el Naapa se consolidó como política pública estratégica, atendiendo a los objetivos de articular y fortalecer la red de protección social; apoyar y acompañar equipos docentes y gestoras en el proceso de enseñanza-aprendizaje de educandos / as que experimentan barreras en el derecho a la Educación.

PALABRAS CLAVE: Educación. Política Pública de Educación. Medicalización. Derechos Humanos. Escuela Justa.

1 INTRODUÇÃO

O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (Naapa) é um serviço criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a partir do Decreto nº 55.309, de 17/07/2014(a), e regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, pela Portaria nº 6.566, de 24/11/2014(b). Política pública inovadora, desenvolvida por equipes multiprofissionais, constituídas por trabalhadores/as da Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia e Serviço Social, lotados em cada uma das Diretorias Regionais de Educação (DRE), visando a:

I – Articular e fortalecer a Rede de Proteção Social no(s) território(s);

II – Apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos/as que apresentam dificuldades no processo de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no processo de ensino-aprendizagem;

III – Realizar, no Naapa, avaliação multidisciplinar aos educandos, mediante análise da solicitação da Equipe Gestora. (SÃO PAULO, 2014b).

Entre junho de 2015 e dezembro de 2016 ocorreu o processo de formação em serviço para as equipes e demais educadores/as da rede municipal, composto por grupos de estudos, minicursos, estudos de caso, assessoria direta à cada DRE e palestras. Este trabalho objetiva analisar as contribuições de tal processo formativo para a produção de práticas democráticas no âmbito da Educação, observando dois níveis de incidência que se inter-relacionam: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social. Para cumprir tal objetivo, a discussão será organizada em três momentos: a) apresentação dos marcos regulatórios do Naapa e do escopo de debates sobre a relação Saúde-Educação em que se insere tal proposta; b) sistematização das concepções que orientaram tanto o processo formativo em serviço quanto as modalidades de atenção ofertadas pelo Naapa; c) análise dos resultados do processo formativo, tendo em vista as duas dimensões apontadas (gestão participativa do trabalho educacional; apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social).

2 O SURGIMENTO DO NAAPA EM UM CONTEXTO DE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Há muitas experiências de equipes multiprofissionais atuando na Educação, pois não se trata de demanda nova (SOUZA *et al*, 2016). Basta recorrermos ao Projeto de lei P3688/00 e Projeto de Lei Complementar 60/07, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Assistência Social nas escolas públicas de educação básica, tramitando

desde o ano 2000 em nível federal. É possível ainda elencar, tão somente em nível federal, outros dezessete projetos de lei⁴ que propõem a presença de profissionais de Psicologia, Psicopedagogia, Enfermagem e outras áreas na Educação. Assim, é possível afirmar a existência de significativo debate sobre as equipes multiprofissionais na Educação, sua composição e suas atribuições. Da mesma forma, é possível afirmar que não há concordância sobre sua necessidade, haja vista que o Projeto de lei Complementar acima referido segue sem desfecho em nível federal há dezessete anos.

Necessário fixar que as leis municipais que deram origem ao serviço em questão evidenciam a perspectiva hegemônica sobre a atuação de equipes multiprofissionais na Educação, qual seja, a da prevenção de atos violentos derivados de supostas características patológicas de estudantes (ANTUNES, 2007; CRPSP, GIQE, 2010). A Lei 15.719/14 tem o objetivo de “diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o educando e as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental”, estabelecendo em seu artigo 1º.:

A Rede Municipal de Ensino deverá implantar assistência psicopedagógica com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o educando e as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental (SÃO PAULO, 2014a).

Já a lei 15.960/14, que institui o Serviço de assistência psicológica ao estudante, afirma em seu artigo 2º.:

⁴ PL 7307/14 – Prevê sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino; PLS 251/14 – Programa de Prevenção à Violência nas Escolas; PL 8013/14 (PL 1543/15) – Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica; PLS 557/13 – Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação; PDS 460/13 – Convoca plebiscito para consultar sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica; PL 4533/12 (PL 4212/04) – Altera a LDB, para exigir nas Universidades percentagens de doutores e mestres e docentes em tempo integral; PLC 18/12 e PL 838/07 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica; PL 1011/11(PL 1494/11; PL 1573/11; PL 3686/15 - Desarquivados) – Define o crime de Intimidação Escolar no Código Penal; PLS 228/10 e PL 1785/11 – Altera a LDB, para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e prevenção e combate ao bullying; PLS 414/08 e PL 6755/10 – Altera a redação da LDB, dispondo sobre a educação infantil até os 5 anos e o ensino fundamental a partir desta idade; PEC 13/07 – Garante aos alunos de ensino fundamental e médio atendimento por equipe de avaliação formada por Psicólogos e Assistentes Sociais; PL 7500/06 e PLC 76/11 – Altera a LDB, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica; PL 434/99 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis no 1º e 2º graus e nos cursos de formação de professores; PL 1616/11 (PL 2527/15) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional de enfermagem nas creches e escolas de educação infantil; PL 831/15 (PL 4209/15) – Obrigatoriedade na realização gratuita de testes vocacionais aos alunos matriculados no 3º ano do ensino médio; PL 7646/14 (PL 209/15) – Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino.

O Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante visa oferecer acompanhamento psicológico aos alunos da rede municipal de ensino fundamental, mediante a prevenção e tratamento de distúrbios psicológicos que possam comprometer o desempenho escolar e bem-estar dos alunos e da sociedade.

Parágrafo único. Os aspectos psicológicos de que trata esta lei compreendem em especial (sic) sintomas e ações dos alunos que denotem tendência à prática de atos de violência que indiquem a necessidade de uma assistência profissional preventiva (SÃO PAULO, 2014b).

Percebe-se, facilmente, que as leis aprovadas acima em nível municipal reforçam a medicalização e a patologização de estudantes, à medida em que os desafios do processo de escolarização são distorcidos e apresentados como problemas de comportamento violento e/ou patológico de educandos/as. Enquanto isso, permanecem sem movimentação vários projetos de lei que tratam da conformação de equipes multiprofissionais baseados em leituras estabelecidas pela Educação, Psicologia e Ciências Sociais, de que a produção dos impedimentos e prejuízos na escolarização refere-se à longa tradição excludente de nossa sociedade e, portanto, de nosso sistema de ensino, que perpetua desigualdades (ARROYO, 2011).

Propondo-se a realizar uma inflexão no caráter excludente e preconceituoso que sustenta as leis acima, e comprometendo-se com uma leitura das questões substantivas da Educação que considere os aspectos históricos, sociais e políticos que constituem a política educacional, assim como os princípios da gestão democrática, o Naapa surge como proposta inovadora para atender, não à perspectiva medicalizante e patologizante contida nas leis municipais destacadas, mas a um antigo pleito da comunidade escolar: ações colaborativas entre profissionais com diferentes saberes e experiências, que concorram para o avanço da autonomia da escola na produção de soluções, permitindo a permanência com qualidade de educandos/as que vivem condições de alta vulnerabilidade, o que implica insistente e sistemática articulação da rede de proteção social. Entende-se aqui por alta vulnerabilidade um conjunto de condições materiais e simbólicas que impede ou enfraquece o acesso a bens e serviços que compõem as políticas públicas e que visam à garantia da fruição dos direitos fundamentais. Como afirmam Guareschi *et al* (2007, p.19): “Vulnerabilidade não se restringe à categoria econômica, passando por organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero, etnia”.

O Naapa, primeiramente, situa-se ética e politicamente como um programa da Educação, composto por profissionais da Educação e que referem suas práticas e seus sentidos aos objetivos educacionais. Portanto, não se identificam como profissionais da Saúde que se articulam com a Educação. São fonoaudiólogos/as, psicólogos/as, assistentes sociais, psicopedagogos/as, que tomam como referência a Educação para apoiar e acompanhar processos de ensino-aprendizagem. Embora a literatura da área já apontasse

para essa necessidade de inflexão das equipes multiprofissionais (VIÉGAS, ANGELUCCI, 2006; SOUZA, 2010), poucas são as experiências em curso que se propõem a organizar o trabalho nessa perspectiva. A experiência de efetivação de tal proposta carrega muitas dimensões de inovação, afinal, não há, em princípio, respostas prontas ao desafio colocado: trata-se de ação em processo, exercício de construção de um saber coletivo sobre como produzir essa rede de proteção social e garantir o direito a que aconteça o encontro entre aqueles/as que ensinam e aqueles/as que aprendem. Pois é nisso que se constitui o desafio do Naapa: de um encontro possível em torno do direito de termos acesso a tudo aquilo que é patrimônio da humanidade.

Na gestão do município de São Paulo entre 2013 e 2016, sob responsabilidade de Fernando Haddad, houve a criação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (Naapa), que tem como objetivos prioritários: fortalecer a autonomia docente, promover o exercício do direito à educação de todos/as e consolidar a rede de proteção social, em uma perspectiva de trabalho ainda inédita na rede municipal de ensino de São Paulo, pois procura inverter a lógica do acesso aos serviços educacionais a partir de um diagnóstico da área da Saúde, conferindo legitimidade à avaliação pedagógica e ao relatório escolar.

De acordo com Moysés e Collares:

Nas sociedades ocidentais, é crescente a translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida, com a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas. Tratar questões sociais como se biológicas iguala o mundo da vida ao mundo da natureza. Isentam-se de responsabilidades todas as instâncias de poder, em cujas entranhas são gerados e perpetuados tais problemas. (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p. 42).

Verifica-se em unidades educacionais uma quantidade significativa de crianças, adolescentes e jovens com diagnósticos relacionados aos supostos transtornos de aprendizagem e de comportamento: transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH); dislexia; transtorno opoitor desafiador (TOD); distúrbio reativo de vinculação da infância; entre outros, deslocando, assim, problemas e dificuldades de ordem social e institucional para a subjetividade de educandos/as.

As diretrizes impressas na Portaria 6.566, de 24 de novembro de 2014(b), que institui o Núcleo, são inversas à hegemonia dos processos de medicalização da educação (COLLARES *et al*, 2013), em que diferentes estilos, ritmos, centros de interesse, condições de vida, culturas e performances são reduzidas à mera expressão de patologias do aprender. As atribuições que a Portaria estabelece aos/às profissionais do Naapa deixam explícita uma concepção desmedicalizante e despatologizante do trabalho, reportando-se ao compromisso com a equidade dos processos escolares. Ou seja, consideram-se, na

construção do projeto educacional, as diferenças individuais, culturais, linguísticas, religiosas, étnico-raciais, de gênero etc., imersas num contexto de profundas desigualdades socioeconômicas.

Respeitando o princípio da autonomia dos/as profissionais e da especificidade das diferentes políticas setoriais, o Naapa construiu uma proposta de operação intersecretarial e intersetorial, buscando constantemente coordenar e articular ações em torno da garantia de direitos de educandas/os. Assim, foram criadas estratégias de encontro tanto no nível das Secretarias, quanto no nível dos equipamentos públicos que partilham um mesmo território, evidenciando a colaboração do Naapa para o fortalecimento dos laços entre a unidade educacional e o território em que se insere, considerando os movimentos sociais, os equipamentos públicos, as lideranças comunitárias, entre outros agentes sociais.

A estrutura da Secretaria Municipal de Educação (SME), no período em que ocorreu a formação, era composta por treze Diretorias Regionais de Educação (DRE) que atuavam em parceria com as unidades educacionais e trabalhavam para implantação e implementação das políticas públicas educacionais. Em cada DRE foi inserida uma equipe do Naapa, perfazendo treze núcleos na cidade, com a composição de sete profissionais em cada um deles, sendo um/a coordenador/a, um/a assistente social, um/a fonoaudiólogo/a, dois/duas psicólogos/as e dois/duas psicopedagogos/as.

A orientação deste serviço vinculava-se com princípios de uma educação comprometida com a ética, a cidadania, a garantia de direitos, na perspectiva de problematização de práticas excludentes e alheias à diversidade dos/as educandos/as, dos/as educadores/as e de toda comunidade educativa, considerando o acúmulo de discussões acadêmicas, programas institucionais, políticas públicas e legislação, para que fossem a tônica das formações de educadores/as, bem como a diretriz do trabalho.

Desde sua origem, as ações do Naapa fundamentaram-se nos seguintes princípios: defesa, promoção e proteção dos Direitos Humanos; defesa e promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente; promoção, defesa e proteção do direito à educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada para todas e todos; respeito à diversidade e à singularidade, em especial, nos processos de ensino-aprendizagem (SÃO PAULO, 2016a).

Propunha-se que a unidade educacional fosse entendida como um espaço de criação e recriação de culturas, em que todos os sujeitos envolvidos no processo pudessem colaborar na elaboração e na consecução da proposta educativa. Afinal, as unidades educacionais não devem tão somente garantir aprendizagens de aspectos do patrimônio cultural já instituídos, mas contribuir para que as diferentes áreas do conhecimento possam

concorrer na produção de sentidos em relação a afetos, percepções, pensamentos e formas de expressão. A concepção de Educação trabalhada no Naapa, então, compreendeu:

Uma educação voltada para a humanização deve ser pensada na perspectiva de construir uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos, culturais; visando a superação das desigualdades sociais, o exercício da justiça e da liberdade, a preservação ambiental, a constituição de referenciais éticos como a cooperação e a solidariedade. (SÃO PAULO, 2016(a), p.7).

O Naapa, em sua origem, estabelecia três objetivos: a) articular e fortalecer a rede de proteção social no(s) território(s); b) apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem de educandos/as que apresentam dificuldades no processo de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no processo de ensino-aprendizagem; c) realizar avaliação multidisciplinar e multiprofissional de educandos/as, mediante análise da solicitação da equipe gestora (SÃO PAULO, 2014b). Destaque-se que a avaliação aqui referida foi concebida com vistas à compreensão dos fatores que prejudicam o processo educacional. Tratava-se de uma avaliação que incorporava a análise da vida escolar, das condições de vida de educandos/as, entre outros fatores. O desafio colocado nesta situação de avaliação era o de potencializar as ações educativas que efetivassem o processo de escolarização de educandos/as, eliminando os processos pedagógicos excludentes, por vezes adotados no espaço escolar.

Note-se que os objetivos elencados criam e potencializam condições de enfrentamento das problemáticas vividas nas unidades educacionais. Enfrentamento que explicita a necessidade de formação continuada em serviço, a partir da consideração do cotidiano escolar, das políticas públicas no/do território, do contexto social em que vive a maior parte de nossa população e da identificação de vulnerabilidades produzidas nos diferentes territórios. Por esse motivo, concomitantemente à constituição das equipes dos Naapa, no final de 2014, elaborou-se um projeto de formação continuada em serviço. Na sequência, são apresentadas as concepções orientadoras e as estratégias de formação.

3 SISTEMATIZAÇÃO DAS CONCEPÇÕES QUE ORIENTARAM O PROCESSO FORMATIVO E AS ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO

Elaborar o processo formativo com e para as equipes multiprofissionais primando por mecanismos democráticos de participação, implicou trabalho árduo. O desafio esteve na reflexão sobre situações complexas vividas cotidianamente no ambiente escolar, buscando-se operar transformações dessas situações e dos conflitos inerentes à vida escolar, por meio do trabalho coletivo e intersetorial, colocando em primeiro plano a dimensão educativa no trabalho do Naapa, pela perspectiva da produção de uma escola justa (DUBET, 2003; 2004). Nesse sentido, enfatizou-se o fortalecimento das práticas

docentes e da rede de proteção social a partir do território em que cada unidade educacional se situava, reconhecendo-se a função social da escola e a instituição escolar como lócus do processo ensino-aprendizagem.

Os encontros formativos ocorreram de junho de 2015 a dezembro de 2016 e consistiram, principalmente, na utilização de metodologias participativas, ora expressas na realização de aulas/intervenção, nas quais um/a especialista era convidado/a a trabalhar dialógica e dialeticamente um determinado tema disparador; ora expressas na formação por pares – profissionais da equipe partilhavam suas práticas, concepções, indagações para, em seguida, sistematizarem consensos e registrarem desafios persistentes, criando novos roteiros de investigação. O compromisso estabelecido era o de tornar cada participante agente da formação, buscando superar a visão de que a formação deve ocorrer necessariamente a partir de especialistas, estrangeiros, pessoas de fora do Serviço.

As estratégias pensadas tiveram por objetivo construir e pactuar coletivamente encaminhamentos de trabalho e táticas de ação que considerassem o território, a história de vida do/a educando/a, a rede de proteção social e as possibilidades da unidade educacional. Os meios utilizados foram: grupos de estudos; publicação de cadernos de debates; palestras; minicursos e assessorias de profissionais com experiência em intervenções institucionais, estas últimas realizadas diretamente em cada uma das Diretorias Regionais de Educação. Com isso, buscou-se garantir diferentes formas de participação, organizadas em distintos arranjos grupais, alternando situações de debate entre pares e aulas dialógicas com a presença de especialistas. Para fins deste trabalho, será discutida a estratégia dos grupos de estudo, posto ser este, o momento especificamente destinado ao coletivo de profissionais do Naapa.

Concepção de currículo adotada na formação

A concepção de currículo eleita para a elaboração da política pública do Naapa vinculou-se a uma educação voltada para a humanização, pensada na perspectiva de construir uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos, culturais; visando à superação das desigualdades sociais, o exercício da justiça e da liberdade, a preservação ambiental, a constituição de referenciais éticos como a cooperação e a solidariedade. O esforço realizado em dois anos de gestão do Naapa ancorou-se em um currículo que dialogasse com a identidade cultural, a democratização das relações e, sobretudo, rompesse com práticas excludentes que constituem nossa sociedade e, por conseguinte, nosso sistema de ensino. (SÃO PAULO, 2016b). Para efetivar um currículo nessa direção, elegeu-se, no plano de governo da gestão 2013-2016, os direitos humanos como parte integrante do currículo.

Tal concepção permitiu que o trabalho das equipes multiprofissionais incidisse sobre o cotidiano das unidades educacionais, considerando as vulnerabilidades presentes em grande parte de nossa população. Daí a importância de um processo formativo que se dedicasse à discussão e à produção de experimentações de articulação das redes de proteção social em diferentes territórios. A trajetória desta política pública pressupunha que:

Os alunos se mostram vulneráveis não apenas na arte de aprender, mas nas complexas artes de se afirmar como sujeitos éticos. Vulneráveis, parecem pedir auxílio. Que ao menos nas escolas não sejam condenados, nem culpados, mas acompanhados nos seus percursos de sua formação (ARROYO, 2011, p. 153).

Para que esse currículo pudesse ser praticado pelas equipes multiprofissionais em suas intervenções, haveria que se desenvolvê-lo também no âmbito da formação continuada em serviço, produzindo horizontalidade nas relações, em uma perspectiva democrática. Assim, o trabalho formativo buscou distanciar-se de ações verticalizadas, autoritárias e vinculadas somente aos saberes de especialistas, posto que, por vezes, esses desautorizam os saberes das pessoas em formação. A presença de especialistas ocorria em contextos de longa duração, de maneira que pudesse ocorrer, tanto a apresentação de discussões teóricas, quanto o debate aprofundado a partir de situações vividas pelas equipes multiprofissionais.

Houve intenso esforço para sua efetivação, abarcando questões sociais, culturais, históricas; respeitando-se as singularidades e diferenças socioculturais em toda a extensão do município. Assim, os temas a serem abordados eram eleitos a partir das demandas das equipes, diante das realidades enfrentadas em seu cotidiano laboral. Ao longo do percurso formativo, foi possível perceber que, muitas vezes, o sistema educacional tornara-se injusto, classista, sexista, racista e homofóbico, pois os estudos de casos realizados demonstraram que esses preconceitos ainda se encontram muito presentes nas instituições escolares, impactando a construção de saberes e identidades dos sujeitos em idade escolar. Da mesma forma, buscava-se desenvolver conjuntamente uma justiça curricular (PONCE, 2016), o que exigiu contemplar aspectos relativos aos processos de exclusão escolar (DUBET, 2003). As estratégias metodológicas e recursos eleitos para o trabalho permitiram, em muitas situações, trazer à luz o currículo oculto, muitas vezes responsável pelo não-aprender-dos-estudantes.

A aposta feita nas equipes esteve a serviço da concepção de currículo expressa na gestão da Secretaria Municipal de Educação à época. Intensificou-se o uso de estratégias que pudessem romper com estruturas mais conservadoras, de modo a recuperar a potência do trabalho coletivo para a construção de outros possíveis no interior da equipe e entre a equipe e as unidades educacionais (ESTEBAN, 2013). Por esse motivo, boa parte da

formação foi dedicada a debater, registrar e pactuar coletivamente os processos de trabalho, onde estariam expressas as concepções das quais as equipes partiriam; os fluxos; as modalidades de atenção e os procedimentos a serem utilizados, e os critérios de elegibilidade e de encerramento da intervenção. Pactuações que viriam a constituir, ao final da formação, as normativas para o trabalho do Naapa (SÃO PAULO, 2016a).

O eixo orientador do trabalho explicitou-se na produção cotidiana do respeito aos diferentes modos de vida; no compromisso com a educação pública universal, gratuita e laica; em uma perspectiva colaborativa de trabalho, visando a minimizar desigualdades sociais e educacionais por meio da eliminação das violações de direitos e do acolhimento ao sofrimento humano. Para a sustentação de novas oportunidades no processo ensino-aprendizagem, em uma gestão democrática e participativa, afirmava-se como necessária a articulação com o Sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, produzindo diálogo e tensionamento entre as diferentes políticas setoriais como Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Justiça, Cultura e Esporte.

O percurso formativo

Como explicitado anteriormente, será discutida tão somente uma das estratégias formativas, qual seja, aquela referida aos grupos de estudos – atividades oferecidas quinzenalmente para o conjunto de profissionais do Naapa, com duração de oito horas por encontro, ao longo de dois anos.

Em 2015, foram realizados grupos de estudos com o objetivo de aprofundar aspectos teórico-práticos dos processos de trabalho desenvolvidos. Diversas temáticas constitutivas do cotidiano escolar, de difícil manejo e que promovem interface com outras áreas do conhecimento, foram pensadas no coletivo. Um/a ou dois/duas especialistas eram convidados/as para apresentar o tema que, em sequência, era alvo do debate de toda a assistência, quando se considerava, principalmente, as situações complexas vividas no cotidiano das intervenções junto às unidades educacionais. Emergiram temas como:

a) Concepções de aprendizagem, desenvolvimento e problemas de escolarização – aprendizagem e educação; o aprender e o não aprender; o papel da escola no processo de aprendizagem; prevenção, avaliação e intervenção pedagógica; possibilidades de intervenção docente; identificação das dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar; o processo de escolarização; enfoque de diferentes perspectivas dos problemas de escolarização: saúde mental, fenômenos da linguagem, questões étnico-raciais, sexualidade e gênero; processos de aquisição da linguagem oral e escrita, bem como seus supostos transtornos; a escola como lugar de refúgio; currículo; atuação em psicopedagogia institucional; entre outros;

b) Rede de proteção social – políticas públicas de proteção à criança e ao/a adolescente e produção e sustentação de redes de proteção social;

c) Saúde mental – aspectos históricos, sociais e culturais associados aos conceitos de infância e adolescência; critérios de normalidade e patologia; noção de medicalização; mudanças históricas das categorias psiquiátricas; a lógica das classificações biomédicas e a importância das variáveis contextuais na produção de sintomas; inserção da criança e do/a adolescente na família, na escola e em outros grupos sociais; desmedicalização e despatologização da vida; políticas de cuidados em saúde e a intersectorialidade; contribuições da Fonoaudiologia, da Psicologia e do Serviço Social;

d) Sistema de garantia de direitos – Estatuto da Criança e do/a Adolescente; defesa, proteção e promoção dos direitos, finalidades, atribuições e organização dos Conselhos dos Direitos e dos Conselhos Tutelares; ética nas relações interpessoais e interinstitucionais; gestão de políticas públicas; conhecimento de ferramentas de monitoramento e avaliação de políticas públicas e do sistema de garantia dos direitos e de instrumentos de mobilização social pelos direitos das crianças e dos/as adolescentes; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); atendimento a estudantes em conflito com a lei;

e) Vulnerabilidade e risco social – conceituações de vulnerabilidade social; fatores de vulnerabilidade na infância e adolescência nas sociedades contemporâneas; exposição ao uso abusivo de substâncias psicoativas; exclusão social e suas interfaces com a violência; sexualidade e fatores sociais e culturais de risco; políticas públicas para proteção à infância e juventude; questões de saúde e relações de gêneros; violência doméstica e sexualidade; as diversas formas de organização familiar; violências, violações de direitos e escola justa; estudantes em situação de acolhimento.

Com o aprofundamento teórico que subsidiou as temáticas de atuação do Naapa durante um ano de efetivo trabalho das equipes, foi possível, em 2016, estruturar os grupos de estudos em outra perspectiva: deu-se início à formação continuada entre pares, com espaços de compartilhamento de saberes e experiências entre os/as profissionais do Núcleo, de modo a partilhar repertório, sistematizar o trabalho realizado até então, bem como pactuar aspectos relativos ao processo de trabalho. Foi possível consolidar grupos de trabalho e atendimento direto às unidades educacionais como sendo as duas modalidades de atendimento do Naapa, ou seja, como estratégias de atenção à demanda, constituídas por um conjunto de procedimentos com finalidade e dinâmica próprias. A fim de caracterizar coletivamente tais modalidades, foram realizados três ciclos de formação, com produção de documentos que registrassem os acordos entre equipes sobre o trabalho. Os três temas abordados nos ciclos foram: procedimentos de trabalho, fluxo de trabalho e atribuições de cada função.

Os grupos de estudo foram organizados da seguinte maneira: um encontro geral, com todos/as os/as profissionais, a fim de que o tema pudesse ser debatido em seus aspectos gerais, a tarefa pudesse ser organizada e os subgrupos se constituíssem. Nos dois encontros seguintes, os subgrupos debruçavam-se sobre suas tarefas, buscando literatura de suporte, revisitando suas experiências e registrando os repertórios já conhecidos, discutindo com interlocutores/as qualificados/as, convidados/as especialmente para debater o tema, e, finalmente, produzindo uma proposta de documento orientador sobre o tema. Após esses três encontros, era instaurada a plenária, com eleição e composição da mesa diretora, que organizava o processo de apresentação, discussão e deliberação sobre cada um dos documentos elaborados nos subgrupos.

O primeiro ciclo tratou dos diferentes procedimentos que compõem as modalidades de atendimento. Entendeu-se por procedimentos os meios utilizados para compor uma estratégia de atendimento às demandas que chegassem ao Serviço. Como resultado desse ciclo tem-se os seguintes procedimentos: observações; entrevistas; análises de documentos e registros; grupos reflexivos interventivos; reuniões interdisciplinares; ações lúdicas; visitas técnicas (experiências no território).

O segundo ciclo de trabalho teve por objetivo a sistematização do fluxo de trabalho das equipes, caracterizado da seguinte maneira: portas de entrada; desenvolvimento de ações; critérios e processos de finalização da ação; registros e avaliação do trabalho do Naapa.

Por fim, o terceiro ciclo consolidou as atribuições de cada uma das funções que compõem a equipe multiprofissional do Naapa – psicólogos/as, psicopedagogos/as, assistentes sociais, fonoaudiólogos/as e coordenadores/as.

Os registros da atuação dos Núcleos foram ações indispensáveis para o contínuo avanço da implementação deste Serviço na rede municipal de Educação. Por esse motivo, os posicionamentos teórico-práticos relativos às temáticas debatidas, os acordos tomados sobre o processo de trabalho e os relatos de experiência das equipes estão registrados e publicados no formato Caderno de Debates⁵.

4 MÉTODO

Dois são os eixos de análise propostos neste trabalho: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social.

⁵ Ver <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalsMESP/Cadernos-de-Debates-do-NAAPA>

No tangente à gestão participativa do trabalho educacional, são analisados os registros do processo formativo constantes tanto nos Cadernos de Debate do Naapa, quanto nas informações disponibilizadas na página web do Núcleo.

Na análise do apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social, são estudadas as ações desenvolvidas pelo Naapa, considerando aspectos quali-quantitativos, ou seja, tipos e quantidades de ações desenvolvidas, abordagem utilizada, agentes sociais envolvidos.

5 DISCUSSÃO

Serão discutidos os resultados do processo formativo, a partir das duas dimensões indicadas e que são amplamente apresentadas como importantes elementos para avançar na efetivação da política pública de Educação (DUBET, 2003,2004; VIÉGAS, ANGELUCCI, 2006; COLARES *et al*, 2013; SOUZA *et al*, 2016; PONCE, 2016).

Gestão participativa do trabalho educacional

Este eixo de análise implica a atenção a aspectos não mensuráveis, que demandam percepção detalhada do processo formativo e atenção aos princípios orientadores da política aqui debatida. Destaque para a construção de uma rotina de trabalho calcada no reconhecimento das experiências e saberes dos/as educadores/as envolvidos/as.

Conforme apontado por Collares *et al* (2013), a medicalização e a patologização da Educação ocupam expressivo espaço na literatura científica que trata dos fenômenos da escolarização, o que significa afirmar que a lógica preponderante para explicar os graves problemas educacionais que vivemos no país opera a redução do contexto social e institucional que constitui uma escola; uma rede de ensino; uma política pública educacional; ao elenco de sintomas e inadequações alocados nos corpos de estudantes. Daí, a fundamental importância de uma experiência formativa que retomasse a centralidade da dimensão educativa no trabalho, implicando insistentemente o enfrentamento dos processos de medicalização da Educação; o fortalecimento da rede de proteção social a partir do território em que cada unidade educacional se situa; o reconhecimento do protagonismo da escola diante das situações complexas vividas cotidianamente.

Se, inicialmente, as equipes relacionavam-se com as atividades de formação apenas demandando temas e sugerindo especialistas a serem convidados/as, ao longo do processo pode-se valorizar a discussão a partir das intervenções realizadas, reportando-as a debates teóricos já realizados ou mesmo a se realizarem. Dessa maneira, a indicação de convidados/as dos grupos de estudo passava pelo exame prévio do cotidiano laboral, do registro de indagações sobre o tema, intensificando o caráter dialógico das atividades. Foi

ainda possível perceber a ampliação das preocupações com sobrecarga de responsabilidades e de atividades por parte das equipes que, na medida em que se percebiam protagonistas da formação, também passavam a discutir os processos de registro, debate e deliberação sobre o trabalho como parte da carga horária laboral. Tal aspecto foi vivido como novidade, trazendo fatores de tensionamento, posto que as equipes, em um primeiro momento, entenderam que a ausência de convidados/as externos significava desinvestimento da formação e, por decorrência, do Naapa. O debate sobre o sentido da formação continuada entre pares pode, assim, ser resignificado. Da mesma forma, foi possível debater sobre as atividades de registro e interlocução entre pares como parte necessária do trabalho, compondo, portanto, a carga horária laboral. Destacamos esse aspecto, pois, em Educação, muitas vezes, o trabalho excedente (corrigir atividades, preparar aulas, confeccionar materiais) é naturalizado, sendo realizado fora do turno previsto e, portanto, não remunerado. Assim, ao problematizarmos o que compõe o trabalho, colocamos em debate também as condições necessárias e legítimas para que o trabalho se realize.

O exercício do registro do trabalho permitiu conferir à formação o caráter de investigação sobre a prática, concorrendo de maneira significativa para a realização de uma experiência de produção colaborativa de conhecimento (ESTEBAN, 2014). A cada item de cada um dos ciclos de formação, era restabelecido o processo de discussão conjunta das atividades, elaboração de esboços, submissão de rascunho de texto à plenária e tomada conjunta de decisões sobre o mérito dos documentos orientadores do Naapa. Ao mesmo tempo em que produzia desgaste e situações de fracasso revividas entre os/as educadores/as, a produção conjunta de textos permitiu que interrogassem a própria cultura escolar de produção de escrita, inovando na oferta de contextos de aprendizagem junto às unidades educacionais. Ideias como: texto em construção; escrita colaborativa; produção de conhecimento em conjunto; puderam ser experimentadas, conferindo outra condição de diálogo com as unidades educacionais sobre práticas de produção de texto e registro das intervenções.

Respeitando o princípio da autonomia de profissionais e da especificidade das diferentes políticas setoriais, o Naapa construiu um modo de operar intersecretarial e intersetorial, buscando constantemente coordenar e articular ações em torno da garantia de direitos de educandos/as. Foram criadas estratégias de encontro tanto no nível das Secretarias, quanto no nível dos equipamentos públicos que habitam um mesmo território. Nesse sentido, ficou evidente a colaboração do Naapa para o fortalecimento de laços da unidade educacional com o território em que se insere, aí considerados os movimentos sociais, os equipamentos públicos, as lideranças comunitárias etc.

Apoio aos processos de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social

No texto introdutório do vol. I dos Cadernos de Debate do Naapa (SÃO PAULO, 2016b), são apresentadas as informações acerca da abrangência do trabalho realizado pelas equipes multiprofissionais dos Núcleos em seu primeiro ano de atividade no município, seguem os dados abaixo:

- a) 1.184 unidades educacionais foram acompanhadas pelas equipes dos Naapas. As escolas foram escutadas, apoiadas e os/as profissionais da equipe multiprofissional planejaram com as equipes educacionais estratégias de enfrentamento para os desafios escolares cotidianos, bem como para as situações complexas de difícil manejo, buscando potencializar a aprendizagem dos/as educandos/as e a permanência destes, com qualidade, na escola;
- b) As equipes multiprofissionais participaram de aproximadamente 506 Grupos de Trabalho com agentes educacionais e profissionais representantes da Rede de proteção social (unidade básica de saúde, centros de atenção psicossocial, centro de referência de assistência social, conselho tutelar, ministério público, vara da infância, ongs, entre outros) para a discussão de casos e planejamento de estratégias territorializadas para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social;
- c) 1.623 docentes e gestores participaram de cursos promovidos pelos Naapa de todas as DRE sobre temas que envolveram violência escolar, saúde mental, medidas socioeducativas e adolescentes em conflito com a lei, acolhimento dos/as educandos/as em situações de abrigamento (Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes - Saica), trabalho educativo em relação às dificuldades persistentes na leitura e escrita, com o objetivo de fortalecer a construção de projetos educativos que atendam a diversidade apresentada pela comunidade escolar;
- d) A criação de 51 Grupos de Trabalho com as equipes educacionais a fim de acolher, problematizar e buscar ações, frente as situações complexas encontradas entre as diferentes unidades educacionais. Nos grupos as equipes do Naapa e os/as representantes da escola, puderam refletir e planejar coletivamente ações que transformem práticas educativas e pedagógicas.

Em 16/09/2016, durante o *IX Encontro saúde mental e educação: o espaço do professor e a promoção da saúde mental infanto-juvenil sob a perspectiva da inclusão*, que ocorreu na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, foram apresentadas publicamente informações referentes ao período de fevereiro de 2015 a junho de 2016.

Nessa apresentação, foi relatado que o número total de unidades educacionais acompanhadas foi de 1.766, sendo 1.184, em 2015, e 582 entre janeiro e julho de 2016. Os/As profissionais das equipes participaram efetivamente de 784 grupos de trabalho da rede de proteção social, sendo 506, em 2015, e 278 entre janeiro e junho de 2016. Nos minicursos oferecidos, contabilizou-se a participação de 2.845 professores/as e gestores/as das escolas, sendo 1.623, em 2015, e 1.222 entre janeiro e junho de 2016. Não foram apresentadas informações quanto à realização de grupos de trabalho internos que

congregassem profissionais da rede municipal de ensino das unidades educacionais e das DRE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar as contribuições do processo formativo das equipes do Naapa para a produção de práticas democráticas no âmbito da Educação, observando dois níveis de incidência que se inter-relacionam: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social. Para cumprir tal objetivo, a discussão foi organizada em três momentos: a) apresentação dos marcos regulatórios do Naapa e do panorama de debates sobre a relação Saúde-Educação em que se insere tal proposta; b) sistematização das concepções que orientaram tanto o processo formativo em serviço quanto as modalidades de atenção ofertadas pelo Naapa; c) análise dos resultados do processo formativo, tendo em vista as duas dimensões apontadas (gestão participativa do trabalho educacional, apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social).

As informações quanti-qualitativas apresentadas indicam a grande abrangência das diferentes modalidades de atendimento, com interações tanto junto às unidades educacionais, quanto aos equipamentos referentes a outras políticas setoriais e que permitem a articulação da rede de proteção social. É possível afirmar que o Naapa consolidou-se como política pública estratégica, atendendo a seus objetivos de articular e fortalecer a rede de proteção social no(s) território(s) e apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem de educandos/as que apresentam dificuldades no processo de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no processo de ensino-aprendizagem, tal como preconizado em sua regulamentação (SÃO PAULO, 2014b).

Quanto à gestão participativa do trabalho educacional, é possível afirmar que a formação concorreu para a promoção de experiências entre os/as educadores/as, tomando o cotidiano como estratégia de produção colaborativa do conhecimento, o que amplia o repertório oferecido nas/às unidades educacionais quando da discussão sobre as situações complexas, considerando a investigação como ação inerente à tarefa docente (ESTEBAN, 2014). Com relação à produção conjunta das orientações normativas, é possível afirmar que os/as educadores/as realizaram profundo debate sobre os riscos da hipernormatização de rotinas e critérios de trabalho, o que redundou na produção de documentos com caráter de diretriz de ação, refutando a perspectiva de manuais de procedimentos ou protocolos a serem meramente aplicados.

No concernente aos processos de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social, tanto as informações sobre atendimento direto a unidades educacionais, quanto as informações sobre articulação de rede de proteção social, constituem argumentos irrefutáveis sobre a consecução dos objetivos do Naapa.

Com isso, espera-se ter contribuído para o registro de um processo de formação em serviço orientado pelos princípios da participação e da produção colaborativa do conhecimento. Espera-se, sobretudo, haver realizado suficiente argumentação acerca da importância de equipes multiprofissionais na produção de modos de cuidar das situações complexas e desafiadoras que constituem a vida diária escolar de escolas públicas. Por fim, reitera-se o elo radical dos sistemas públicos de ensino com o reconhecimento e o enfrentamento do contexto de desigualdades em que vive a ampla maioria da população. Sistemas que demandam a propositura de estratégias ousadas, de grande abrangência, com solidez teórico-prática, comprometidas com a produção do fazer comum, a partir da experimentação de ações libertadoras.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Mitsuko A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Cad. Psicopedag.**, São Paulo, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492007000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2017.
- ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetória e tempos de alunos e mestres. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes. 2011.
- COLLARES, Cecília A.L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A.; RIBEIRO, Mônica C. F. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, Mercado de Letras, 2013.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes – conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2010.
- DUBET, F. A escola e a Exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, jul. 2003. Disponível em: <http://acrux.astro.ufsc.br/~lacerda/EED5187/04 - Dubet - A escola e a exclusao.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- _____. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742004000300002&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 02 fev. 2017.
- ESTEBAN, Maria Teresa. Muitos começos para muitas histórias. In: MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília A. L.; RIBEIRO, Mônica C. F. **Novas capturas, antigos diagnósticos na Era dos Transtornos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

_____. A negação do direito à diferença no cotidiano escolar. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 463-486, jul. 2014.

GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIMENO SACRISTAN, J. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Poderes instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. A cultura para os sujeitos ou os sujeitos para a cultura? O mapa mutante dos conteúdos na escolaridade. In: GIMENO SACRISTAN, José. **Poderes instáveis na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GUARESCHI, Neuza; M.F.; REIS, Carolina; HUNING, Simone M.; BERTUZZI, Leticia D. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Uerj, RJ, Ano 7, N. 1, 1º semestre de 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a03.pdf>. Acesso em: 01 out 2017.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília A. L.. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A.; RIBEIRO, Mônica C. F. (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília A. L. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A.; RIBEIRO, Mônica C. F. (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

PONCE, Branca Jurema. O Tempo no Mundo Contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1141-1160, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000401141&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 01 out. 2017.

SÃO PAULO (SP). Secretaria do Governo Municipal. **Lei Nº 15.719, de 24 de abril de 2013**. Dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o educando e as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

_____. Secretaria do Governo Municipal. **Lei Nº 15.960, de 8 de janeiro de 2014**. Institui o Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante na rede municipal de ensino, e dá outras providências.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Programa Mais Educação São Paulo**: subsídios para a implantação. Implantação do Programa Mais Educação São Paulo São Paulo: SME/DOT, 2014. Disponível em: <https://causosescolares.files.wordpress.com/2015/08/subsc3addios-1-subsc3addios-para-a-implantac3a7c3a3o.pdf> Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem **Caderno de debates do Naapa**: orientações normativas. – São Paulo: SME/Coped, 2016(a). Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/35122.pdf> . Acesso em: 27 set.2017.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Agir com a escola**: revisar, ressignificar, avaliar, replanejar. São Paulo: SME/DOT, 2016(b).

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem **Caderno de debates do Naapa**: questões do cotidiano escolar. – São Paulo: SME/Coped, 2016(c). Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/NAAPA-lanca-o-seu-primeiro-Caderno-de-Debates> Acesso em: 27 set. 2017.

SOUZA, Marilene P. R de. **A atuação do psicólogo na rede pública de educação**: concepções, práticas e desafios. 2010. 258 f. Tese (Livre docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Marilene P. R. de; GOMES, Aline M. M.; CHECCHIA, Ana Karina A.; LARA, Juliana S. de A.; ROMAN, Marcelo D. Psicólogos em secretarias de educação paulistas: concepções e práticas. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 601-610, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000300601&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 01 out. 2017.

VIÉGAS, Lygia de S.; ANGELUCCI, Carla B. **Políticas públicas em educação**: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.

AGRADECIMENTOS

As autoras registram seu profundo agradecimento a cada uma das pessoas envolvidas com o processo formativo: Flávia Schilling, coordenadora da formação; Fábiana Carvalho de Oliveira e Fernanda de Castro Fernandes, monitoras da formação; Irani Fontanetti, secretária do projeto; membros das equipes multiprofissionais; coordenadoras do serviço; coordenadoras da formação; membros da gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; gestão da prefeitura de São Paulo 2013-2016 (governo Fernando Haddad).

ⁱ Revisão gramatical do texto sob a responsabilidade de: Rogério Marciano . E-mail: rogerio.marciano@usp.br